

UMA MULHER EM (SOBRE) NOME DO POVO: HERANÇA POLÍTICA E RECONVERSÃO MORAL COMO MECANISMOS DE APROPRIAÇÃO DA HONRA DE FAMÍLIA¹

Giovanni Alves Duarte de Sá²

Resumo: Neste artigo debatemos o conceito de reconversão moral (SÁ, 2022) a partir da trajetória política da prefeita de Serra Talhada, Márcia Conrado do PT, como a primeira mulher eleita e reeleita prefeita na história política da cidade. A reconversão moral advém de um grande movimento de transformação de costumes e valores ocorridos no município sertanejo, distante 418 km do Recife, a partir da Revolução de 1930, e que surte efeitos até os dias de hoje para a manutenção da influência e poder político da família Pereira do Pajeú durante quase 200 anos na cidade. Com isso, a noção de honra de família migra de um sentido beligerante muito reivindicado pelos descendentes Pereiras nos séculos XVIII e XIX no Sertão de Pernambuco, ganhando um novo sentido moral, pacífico do ponto de vista das condutas, mas não menos conservador e elitista do ponto de vista simbólico. Afinal, a política tornou-se agora o palco principal para se reivindicar a distinção da honra da família, mas sem antes enfatizar que essa honra deve ser defendida em nome dos interesses do povo.

Palavras-chave: Reconversão moral. Honra. Família. Elite. Política.

A WOMAN IN (ON) THE NAME OF THE PEOPLE: POLITICAL INHERITANCE AND MORAL RECONVERSION AS MECHANISMS APPROPRIATION OF FAMILY HONOR

Abstract: In this article we debate the concept of moral reconversion (SÁ, 2022) based on the political trajectory of the mayor of Serra Talhada, Márcia Conrado do PT, as the first woman elected and re-elected mayor in the city's political history. The moral reconversion comes from a great movement of transformation of customs and values that took place in the country municipality, 418 km away from Recife, starting with the 1930 Revolution, and which has had effects to this day in maintaining the influence and political power of the Pereira do Pajeú family for almost 200 years in the city. With this, the notion of family honor migrates from a belligerent meaning much claimed by the Pereira descendants in the 18th and 19th centuries in the Sertão of Pernambuco, gaining a new moral meaning, peaceful from the point of view of conduct, but no less conservative and elitist than symbolic point of view. After all, politics has now become the main stage for claiming the distinction of family honor, but without first emphasizing that this honor must be defended in the name of the interests of the people.

Keywords: Moral conversion. Honor. Family. Elite. Policy.

¹ Este artigo é um recorte, com atualizações, da tese do autor defendida em 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB) sob o título O jogo da honra: uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997). A tese foi premiada com menção honrosa no Concurso Brasileiro ANPOCS de Teses e Dissertações Universitárias em Ciências Sociais em 2023. Pode ser consultada na íntegra através do seguinte link: <<https://anpocs.org.br/2023/10/20/resultado-do-concurso-de-teses-e-dissertacoes-2023/>>

² Professor doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). Contato: giovannialvesduarte@gmail.com

Introdução

Neste artigo debatemos o conceito de reconversão moral (SÁ, 2022) enquanto fruto de um grande movimento de transformação de valores e costumes ocorrido no município de Serra Talhada, no interior de Pernambuco, a partir do contexto da Revolução de 1930, e que surte efeitos até os dias de hoje para a manutenção da influência e poder político da família Pereira do Pajeú durante quase 200 anos na cidade. Em termos metodológicos recorreremos à genealogia política da atual prefeita do município, Márcia Conrado de Lorena e Sá, 39 anos, bem como declarações da gestora à imprensa local e estadual e dois livros de memórias publicados pela família, sendo eles: Vila Bela, os Pereiras e outras histórias (WILSON, 2018) e Serra Talhada: 250 anos de história, 150 de emancipação política (LORENA, 2019).

Nosso argumento aqui defende que a prefeita Márcia Conrado é beneficiária política não somente da carga simbólica que distingue seu sobrenome socialmente, mas de uma de um grande movimento de reconversão moral da família Pereira do Pajeú após 1930, com seus principais expoentes sendo alçados ao poder através do empreendedorismo moral (BECKER, 2008) de Luiz Lorena de Conrado e Sá (eleito prefeito de Serra Talhada a partir de 1945 por três mandatos). A reconversão moral da família Pereira se sustenta na direção de que esse foi um movimento de internalização de uma conduta moral cada vez mais racionalizada e autocontrolada em suas pulsões na sociedade serra-talhadense puxado pela elite econômica, política e religiosa da época visando a implantação de novos valores burgueses em uma cidade em franco avanço comercial.

Norbert Elias (1993) nos ajuda a pensar sobre isso a partir da análise do avanço de um novo modelo de conduta rumo à formação da sociedade burguesa. Ao evidenciarmos essa cisão em nível de uma expansão global da ética capitalista, Elias nos diz que se inicia uma nova fase no processo civilizador da sociedade, onde se requer um grande esforço para a manutenção da existência social da ética burguesa exige das pessoas previsibilidade, estabilidade das funções do superego, e maior controle das emoções exigido pela expansão de funções profissionais e comerciais. Assim, defende-se neste artigo que não só houve um reordenamento territorial em Serra Talhada a partir da chamada Revolução de 30, mas, e principalmente, ocorreu simultaneamente a este movimento, um processo avassalador de transformação na conduta moral da sociedade serra-talhadense para atender as expectativas de novas forças e pressões sociais da época, especialmente diante a complexidade de relações e interdependências regionais

que a elite do município vinha construindo para além da questão das chamadas brigas de família. Em outras palavras, antes a honra de família, que servia à reivindicação em favor do que chamamos de *ethos guerreiro* (SÁ, 2022) passou a ser reivindicada em nome de um *ethos parlamentar* (SÁ, 2022), do qual a prefeita Márcia Conrado é sua principal beneficiária simbólica nos tempos de hoje.

Com isso, a honra de família migra de um sentido beligerante muito utilizado pelos descendentes Pereiras nos séculos XVIII e XIX no Sertão de Pernambuco, ganhando um novo sentido moral, pacífico do ponto de vista das condutas, mas não menos opressor do ponto de vista simbólico. Afinal, a política tornou-se agora o palco principal para se reivindicar a distinção da honra da família, mas sem antes enfatizar que essa mesma honra deve ser defendida não longe de um *ethos de poder familiar* (SÁ, 2022, 2019; 2018) que se coloca em favor do povo, pensando no povo e para “sempre” em nome do povo.

A honra de fazer parte de uma linhagem distinta

A prefeita Márcia Conrado elegeu-se prefeita pelo PT nas eleições 2020 e renovou seu mandato nas eleições 2024. Ela representa o símbolo da atualização do jogo da honra (SÁ, 2022) no século XXI, agora “jogado” por uma mulher encampando expectativas que os líderes da família Pereira de 200 anos atrás em Serra Talhada nunca tivessem o interesse de personificar, devido o berço conservador e eminentemente masculino do grupo. Haveria nela, portanto, a marca de uma inflexão histórica sob a manutenção de valores seminais da família. Como assim demonstrou a própria gestora em entrevista a este pesquisador, nestas palavras:

A honra para mim é o principal. É o primordial. Eu venho de uma família que fala muito na palavra [honra]. Eu já vi meu pai muitas vezes se prejudicar, a pessoa e a política de Isivaldo Conrado [pai dela], mas sempre garantir ali a palavra que foi dada. E eu digo sempre, como existe em todas as profissões pessoas más e pessoas boas, na política existem pessoas muito boas e a gente precisa mostrar que a honra tem que estar em primeiro lugar. Eu vejo muito no contexto da política muita traição, mas a política e nem a sociedade aceita o traidor. E isso eu tenho dito muito, porque foi algo que eu cresci escutando: ‘Honre sua palavra, seja fiel, diga o não quando necessário e diga o sim quando pode, mas nunca se esconda de ninguém, nunca faça nada de errado, mas principalmente honre a palavra’. E é isso que a gente tem buscado, é isso que a gente vai continuar trabalhando nestes princípios, acho que são princípios muito válidos que norteiam o regimento de uma família, e assim como eu mantenho na minha casa e na minha família, eu quero manter para minha cidade que eu tanto amo (CONRADO, 2022).

É provável que, neste momento, estejamos imersos em um novo processo de reconversão social (BOURDIEU, 2007) da família Pereira no século XXI, quando as novas gerações vêm encontrando novas condições de metamorfosear seus recursos materiais e simbólicos (MENESES, 2018). Tomamos como pressuposto desta nova reconversão o fato de, historicamente, líderes políticos da família desde o século XIX, início do século XX e até 1985, pouco investirem na obtenção de capital cultural por meio da escolarização. Por outro lado, uma nova geração política da família vem assumindo um outro perfil ingressando nas carreiras públicas após estudarem nas grandes capitais, formarem-se em cursos consagrados na área da saúde, e retornando para Serra Talhada atuando nos ramos da medicina e odontologia. Essas estratégias dependem dos mecanismos de reprodução e do estado dos recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos “que os diversos grupos procuram reproduzir; elas dependem ainda da avaliação que é feita das oportunidades de manutenção na posição ocupada e envolvem em elevado grau as disposições e perspectivas em relação ao futuro” (SAINT MARTIN, 1995, p.1023-1024).

Tal perspectiva nos leva a compreender que não apenas os Pereiras em Serra Talhada, mas, sob a égide de uma nova Constituição a partir de 1988, as demais famílias políticas tradicionais de Serra Talhada (Carvalho, Magalhães, Ignácio de Oliveira e Godoys) também procederam com diferentes estratégias de sobrevivência cultural para continuarem a participar de um jogo da honra em favor do revezamento político no poder. A partir de 1988, a nova leva de Pereiras eleitos prefeitos de Serra Talhada haveria de abraçar novos valores contemporâneos, mais antenados, dessa vez, com os anseios de uma democracia.

Em Serra Talhada a família Pereira é a mais longeva no poder. O grupo familiar assume o comando do município desde muito antes da emancipação política de Serra Talhada, em 1851. A história de Serra Talhada remonta à 1750, quando ainda era uma vila que servia de ponto de encontro para vários comerciantes da região. Um local já sob a influência de ricos fazendeiros e escravistas da família Pereira que atuavam em defesa de um tesouro tão valioso quanto o dinheiro, a reputação. Já no cenário republicano, a partir de 1889, a família Pereira toma a prefeitura de 1892 a 1907; de 1945 a 1982; de 1982 a 1992 (apoiando a parentela Inácio Oliveira); de 1992 a 1996 (a família Carvalho assume com os Pereiras na vice); de 1996 a 2000 (Pereiras assumem dando apoio novamente à parentela Inácio Oliveira) e de 2000 a 2012. Em 2013, os Pereiras rompem com a parentela Inácio Oliveira e elegem um sucessor apoiando Luciano Duque, da família Godoy. Anos depois, em 2016, uma ala (a Pereira de Menezes)

rompe com o então prefeito Luciano Duque de Godoy para dar combate ao seu projeto de reeleição e sucessão apoiando Vitor Oliveira (neto do deputado Inocência Oliveira). No entanto, do lado governista ficaria outra ala da família Pereira (os Conrados) que chegou ao poder nas eleições 2020 apoiada pelo agora ex-prefeito Luciano Duque de Godoy elegendo, pelo PT, a odontóloga Márcia Conrado.

Ela entra para a história como a primeira mulher a assumir a Prefeitura em Serra Talhada. Márcia Conrado também se tornou, em 2024, a primeira mulher reeleita prefeita do município disputando contra o grupo do agora deputado estadual Luciano Duque de Godoy. A linhagem da atual prefeita descende do tronco da família Pereira forjado no Brasil Colônia, por José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues. O pai dela, Isivaldo Conrado de Lorena e Sá, foi eleito vereador em Serra Talhada por três mandatos (1997 a 2001; 2001 a 2005; 2005 a 2009). Sua mãe, Alice Conrado, foi a vereadora mais votada da cidade nas eleições de 2016, se reelegeu em 2020 e novamente foi a mais votada em 2024. Márcia faz parte da sexta geração a partir do filho do casal José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues, Joaquim Pereira da Silva (seu tetravô). Com base nessa linhagem, ela é sobrinha neta do primeiro intendente de Serra Talhada, no contexto do Império, Manoel Pereira da Silva que assumiu em 1851, e do primeiro prefeito da cidade após 1891, Andreilino Pereira da Silva, o Barão do Pajeú. O que evidencia um poderio político de mais de 170 anos quase ininterruptos, isso se não levarmos em conta a época do Brasil Colônia, isto é, antes de 1822, em que os Pereiras do Pajeú já mantinham grande poder econômico e simbólico na região.

Em entrevista concedida à rádio CBN-Recife, logo após vencer as eleições 2024, a prefeita Márcia enfatizou o orgulho e a honra de fazer parte desta linhagem, nas seguintes palavras:

Venho sim [de família política], tenho o tio Argemiro Pereira que foi deputado por dez mandatos consecutivos, acham que sou a prefeita mais nova da cidade, mas tenho um tio-avô que foi prefeito [de Serra] com 18 anos e três vezes prefeito, minha mãe é vereadora, vai para o terceiro mandato, meu pai foi vereador por três mandatos, meu avô foi vice-prefeito, então a gente tem uma longa história para honrar (SÁ, 2024)

Na verdade, nestas palavras, a prefeita esqueceu-se de citar a herança ainda mais remota de sua linhagem com a fundação política e administrativa de Serra Talhada. No contexto de 2024, a prefeita do PT aliou-se à família Inácio Oliveira, que é ligada ao grupo tradicional do

ex-deputado Inocêncio Oliveira, do deputado federal Waldemar Oliveira e do ex-deputado federal e estadual Sebastião Oliveira.

A chamada família Pereira do Pajeú descende de portugueses que chegaram ao Sertão pernambucano na segunda metade do século XVIII, originários, segundo as próprias construções narrativas que os Pereiras fazem de si, de uma linhagem de barões. Em outros termos, uma família que tem laços de descendência com nobres que aportaram em Pernambuco em maior quantidade no século XVII (WILSON, 2018). Os Pereiras são os únicos, dentre as famílias políticas tradicionais de Serra Talhada, que se mantêm empenhados em cultivar um *ethos de poder familiar* (SÁ, 2022) que pode ser associado a um ‘sentimento Pereira de ser’. O *ethos de poder familiar* em termos específicos, é um conceito que tem a pretensão de remeter a condutas, sentimentos e valores incorporados e compartilhados por membros do mesmo grupo afetivo, com vistas à defesa de uma imagem social distinta da maioria da população, a partir do sobrenome que os define.

Como é possível constatar, é um fenômeno que tem se reproduzido também no âmbito político eleitoral. Eleição pós eleição esse jogo da honra envolve os mesmos devidamente repaginados a cada contexto e época, pelo controle ou participação das benesses da máquina do Estado, conferindo-lhes acesso não somente a verbas públicas, mas também prestígio e respeito. Na análise de algumas poucas famílias tradicionais de Serra Talhada, tais disputas, em boa medida, resultaram no acúmulo de prestígio social em favor dos que ganharam o pleito ou daqueles que sempre participaram do jogo da honra política, mesmo perdendo a eleição. Ao longo da história, somente alguns grupos familiares concentraram esse privilégio em Serra Talhada.

Como resultado, a prefeita Márcia Conrado, como herdeira desta elite política, segue perpetuando a força simbólica do sobrenome da família no tempo edificando bustos, nomes de praças, grandes avenidas, estádio de futebol, aeroporto, parques de eventos e prédios públicos em Serra Talhada impondo, dessa forma, seus sobrenomes ao conjunto de símbolos sociais do lugar. Em 2024, um dos projetos de grande alegria da prefeita Márcia Conrado foi anunciado recentemente: a construção de 150 casas num novo residencial popular pelo programa Minha Casa, Minha Vida, cujo nome será o do seu tio-avô, Luiz Conrado de Lorena e Sá, popularmente chamado por conjunto residencial Lorena Conrado 1. Em Serra Talhada, parentes da prefeita detêm hoje concessão de rádio da emissora de maior audiência na cidade (reforçando o *ethos*

parlamentar da família), o comando de partidos políticos e, não menos, privilégios no acesso aos mecanismos de participação em estruturas de poder específicas a nível municipal e estadual.

FOTO 1: MÁRCIA CONRADO (PT), AO LADO DO VICE ELEITO, FAECA MELO (AVANTE), INDICADO PELOS OLIVEIRAS



Fonte: Portal Farol de Notícias, convenção partidária campanha eleitoral de 2024

FOTO 2: PRAÇA PRINCIPAL DE SERRA TALHADA TEM NOME DO 1º PREFEITO ELEITO NO MUNICÍPIO ANDRELINO PEREIRA DA SILVA (O BARÃO DO PAJEÚ), QUE ASSUMIU EM 1892, ANCESTRAL DA PREFEITA MÁRCIA



Fonte: Portal Farol de Notícias (2024).

Reconversão moral como mecanismos de apropriação da honra de família

O termo reconversão moral aqui defendido teve como inspiração a classificação sociológica reconversão social. Bourdieu (2007) refletiu sobre a noção de reconversão social a partir da ideia de estratégias de pequenos grupos pertencentes à classe dominante, na luta social por modificar seus patrimônios materiais e simbólicos buscando manter-se no jogo da competitividade dentro do grupo maior ao qual fazem parte. Tais elementos estratégicos podem se expressar, por exemplo, nos estilos de vida, nos gostos, condutas e julgamentos sociais. E tudo isso pode adquirir uma dimensão de crise, especialmente, quando o grupo em questão se encontra em processo de declínio no campo de poder, correndo o risco da desonra representada pelo desprestígio da desclassificação social.

Uma classe ou fração de classe está em declínio quando (...) deixou de ter possibilidade de se reproduzir com todas as suas propriedades de condição e de posição, e quando, para reproduzir o seu capital global e manter sua posição – atual ou a de sua família de origem – no espaço social, seus membros mais jovens devem, em uma proporção importante, operar, pelo menos, uma reconversão de seu capital que é acompanhada por uma mudança de condição, marcada por um deslocamento horizontal no espaço social: ou, em outras palavras, quando a reprodução da posição de classe torna-se impossível (desclassificação) ou se realiza apenas por uma mudança de fração de classe (reconversão) (BOURDIEU, 2007, p. 425).

Este foi o caso da família Pereira do Pajeú no início do século XX em Serra Talhada. A família Pereira detinha o comando de grandes fazendas e extensões de terras, armas e escravos desde muito antes da emancipação política do município, em 1851. Deu-se início ao período republicano em 1889 e o cenário de domínio da Família Pereira do Pajeú permaneceu ainda mais forte, com várias gerações comandando, ano após ano, as gestões à frente da Prefeitura de Serra Talhada a partir da linhagem do primeiro prefeito do município Andreino Pereira da Silva (o Barão do Pajeú), que assumiu o governo municipal a partir de 1892. No entanto, ao largo do poderio da família Pereira, de perfil agrário, crescia também a força de outra família rival, a Carvalho, cujo perfil era de comerciantes urbanos. Os Carvalhos começaram a colocar em xeque politicamente, economicamente e moralmente a força da família Pereira na região. Além do início de uma guerra sangrenta com os Carvalhos, outro resultado prático deste embate se deu com o declínio político dos Pereiras a partir de 1910 até aproximadamente a Revolução de 1930 com seguidas derrotas eleitorais, assassinatos e humilhações impostas pelos Carvalhos aos inimigos.

Adquirindo seguidas vitórias (através também de famílias aliadas como a Nogueira e a Alves de Barros) nos pleitos eleitorais, os Carvalhos se utilizaram da máquina estatal, com o uso específico da polícia, para ajudá-los na perseguição de Pereiras sob a justificativa da legalidade, motivando, dessa forma, a entrada dos Pereiras no cangaço. Em relevante dissertação sobre o processo de espacialização e territorialização do poder destas duas famílias em Serra Talhada a partir desta guerra, descreve Soares (2015, p.17-18):

Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, Pereiras e Carvalhos promoveram o processo de territorialização na medida em que estabeleceram uma configuração espacial a fim de atender os interesses do seu grupo familiar. Neste sentido, os Pereiras do Pajeú, vindos do Ceará, se territorializaram na parte mais ao norte do Sertão pernambucano até a parte central, onde está localizada hoje Serra Talhada. Já os Carvalhos, vindos então da Bahia, se territorializaram na parte mais ao sul do Sertão pernambucano, até a parte central, também na área que corresponde hoje, ao município de Serra Talhada. Ou seja, Serra Talhada, antiga Vila Bela, foi o eixo pelo qual lutaram e se relacionaram Pereiras e Carvalhos no Pajeú pernambucano. A família Pereira enquanto liderança historicamente rural e a família Carvalho apropriando-se do espaço urbano por meio da atividade comercial.

Ou seja, foi a partir da luta sangrenta entre essas duas famílias que a cidade de Serra Talhada foi se modificando espacialmente. Por um lado, se atribui à iniciativa da família Pereira a ocupação do coração da cidade com o convite a outras famílias abastadas para a construção dos principais casarios na região central do município, ainda na primeira metade do século XIX, para que servissem de justificativa visando a oficialização de Serra Talhada como Sede de Comarca, em 1851. A família Carvalho, por outro lado, entre o fim do século XIX e início do século XX começa a sair do campo (região massivamente comandada pelos Pereiras), rumo a investir na atividade do comércio se reterritorializando na zona urbana e ali firmando relações em favor dos seus objetivos pela manutenção do poder naquele espaço.

No final do século XIX, Pereiras e Carvalhos, já haviam, portanto, estabelecido seu território material, vastas propriedades que serviram de base para a sustentação da rede de influências, que representam o seu território imaterial, parentes e aderentes prontos para a defesa do nome, da honra, do brasão e principalmente do sangue. Este cenário se tornou propício para o surgimento de grupos armados que serviram para a defesa e conflito entre as famílias em Serra Talhada (SOARES, 2015, p.22).

A partir dessa contextualização, considera-se importante compreendermos agora como uma nova geração de Pereiras, muitas décadas depois da guerra sangrenta com os Carvalhos, ressignificou o seu *ethos de poder familiar*. Observando a dimensão moral deste conflito aos

olhos do polo da força em declínio naquele momento específico, no caso a família Pereira, poderemos entender melhor a partir de quais mecanismos simbólicos se deu a estratégia de reconversão de valores da família rumo à reprodução do seu poder nas décadas seguintes, principalmente, após 1930. A partir deste período, há um movimento de distanciamento dos Pereiras do seu tradicional espectro beligerante, configurando a passagem do classificamos como *ethos guerreiro* para um *ethos parlamentar* (SÁ, 2022), em outros termos, com o registro de condutas marcadas pelo controle das pulsões, resultantes no abrandamento ou total apagamento de antigas questões violentas³, transformando com isso também o sentido do jogo da honra e pondo em xeque a aparente associação de uma condição de violência às condutas das gerações futuras. Assim resume Luis Wilson, no seu livro de memórias *Vila Bela, os Pereiras e Outras histórias*, sobre a guerra entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada:

No princípio deste século, entre os anos 1905 e 1922, lutam os netos e bisnetos do velho coronel José Pereira da Silva e Jacinta Rodrigues por uma questão de vingança particular, vivendo ainda o Sertão nessa época, como que o passado estágio da evolução humana de uma sociedade de parentes, em que essa forma de vingança era normal na repressão ao delito e na própria defesa da ordem pessoal. Como que, ainda na ausência de outro poder consolidado, naquela região, cabia a solidariedade da família (...) a prevenção e a repressão dos delitos contra a vida, os interesses e a honra de seus membros. (...) A questão entre Pereiras e Carvalhos foi sem dúvida a explosão de ódio antigo, originário da morte do 'Capitãozinho' e dos acontecimentos [políticos] que tiveram lugar na comarca de Flores, em 1848, em seguida na Serra Negra em Floresta. Há quem diga que a aversão e inimizade entre as duas famílias foi transportada de além-mar para a ribeira do Pajeú, em Vila Bela. (...) O que é verdade é que nas últimas gerações de Carvalhos e Pereiras, desde algum tempo depois que Sebastião Pereira e Luiz Padre deixaram o Nordeste, vivendo em outra época (...) e em paz sob o mesmo céu, outrora testemunha de tanto rancor e de tantos crimes, só tem engrandecido a si próprias, a sua terra e a lendária ribeira do Pajeú (...) (WILSON, 2018, p.231-237).

Este trecho da obra de Luiz Wilson nos traz pistas sobre aspectos da construção de um discurso sobre a conduta moral da família Pereira após a guerra sangrenta contra os Carvalhos e de como as novas gerações a interpretam: 1) Ao falar de ausência, na época, de outro poder consolidado, dar-se margem à justificação da violência como ato de justiça em favor da honra da família; 2) O ressentimento por essa ausência de um poder a seu favor parece o grande

³ Em *Intrigas e Questões* (2002), Ana Cláudia Marques diferencia o que é a questão de família da intriga. A intriga é um momento que projeta aquela questão do passado até o presente, em direção ao futuro. Questão e intriga designam dois momentos em processos de briga de famílias, e ao mesmo tempo o conjunto destes processos. De modo muito sintético, por briga de famílias, Marques compreende conflitos protagonizados por indivíduos articulados sob bandeiras de nomes de família, aos quais podem estar ou não ligados por consanguinidade, e cujos propósitos, atualizados ou cogitáveis, são retaliatórios.

normalizador de vingança dos Pereiras; 3) Agora em paz, as gerações seguintes reproduzem a próprias memórias como forma de exaltação de suas linhagens. Sobre isso, nos diz Ana Cláudia Marques (2002, p.21):

Municiados de suas histórias, os narradores e aqueles que consultam sua memória logram da narrativa uma formulação daquilo que eles são. Certamente, o contrário também é verdadeiro: as memórias também se conformam, ou antes, são conformadas pelo presente. As disputas, antológicas, ganham também um caráter ontológico. Além das referências a lugares e laços de parentesco e de casamento, a história (...) está coalhada de informações relativas a elementos simbólicos distintivos dessas intrigas e questões e a estereótipos que também demarcam uma comunidade, em sentido moral.

Com a desistência do principal líder bélico e moral da família Pereira, chamado Sebastião Pereira do cangaço, tem-se o fim da guerra contra os Carvalhos. Nos termos eliasianos, a manutenção de uma forte interdependência, nos planos político, econômico, religioso e cultural, com outras famílias tradicionalmente poderosas de Serra Talhada contribuiu para a reconversão moral da família Pereira que se deu numa cisão paulatina, silenciosa e processual, de um *ethos guerreiro* para um *ethos parlamentar*, ou nos termos propostos por Norbert Elias (1993), um *ethos civilizado*. Diante o declínio econômico, do novo contexto político do país com a passagem da Monarquia para a República (muito bem assimilada pelos Carvalhos), de uma cada vez maior reivindicação da legitimidade da violência por parte do Estado (à época, nas mãos dos Carvalhos), o avanço da urbanização do município e, consequentemente, do perfil econômico de Serra Talhada para um centro comercial urbano (comandado pelos Carvalhos), como admite Sebastião Pereira na entrevista supracitada: “Era preciso mudar a face da história”.

Premente seria transformar, assim, a conduta de uma família extremamente beligerante, para um novo estado comportamental, agora, de alerta constante visando o autocontrole das pulsões rumo à manutenção de seu poder. Isso não foi nada fácil. Primeiro, porque Lampião – que havia assumido o bando de cangaceiros do seu chefe – recebera como últimas ordens de Sebastião Pereira “que apagasse as últimas brasas acesas” do conflito no vale do Pajeú (WILSON, 2018). Assim procedeu o Rei do Cangaço de 1922 até sua morte, em 1938. Segundo, porque na economia da honra, o ressentimento por tantas mortes acumuladas de ambos os lados não poderia ser apagado de um dia para o outro, apenas a partir de uma perspectiva geracional. Defendemos que até que isso viesse acontecer completamente, considerar o “fim da questão” entre Pereiras e Carvalhos em Serra Talhada exigiu um estado de vigilância em grandes

proporções, que afetou, como diria mais uma vez Norbert Elias (1993), a psicogênese e sociogênese de toda a cidade. Em outros termos, com os efeitos do fim de um longo tempo de rivalidade, vingança e batalhas sangrentas, sendo refletidos nas estruturas psicológicas dos indivíduos em diferentes camadas sociais, de modo a influenciar e modificar também as estruturas de ação e desenvolvimento social do município.

Quanto ao contexto da primeira grande reconversão moral vivenciada pelos Pereiras do Pajeú em Serra Talhada, a época teve o seu momento propício para a sua transformação a partir de 1922, com o fim da questão contra os Carvalhos e após 1930. Concordamos com Afrânio García Júnior quando encara este período como um movimento que acomodou os interesses de antigas elites, devidamente repaginadas pelas novas condições do momento. “A recomposição das elites dirigentes, em âmbito nacional, com a entrada de frações mais ameaçadas pela decadência econômica, tornou-se associada à promoção de novos caminhos para reconversão social, estes frequentemente vinculados a ensino secundário e superior, em forte expansão no período” (GARCÍA JR., 2007, p.82). Um dos líderes da família Pereira, no final da década de 1920, Manoel Pereira Lins (Seu Né da Carnaúba), fez o seguinte alerta ao clã familiar prevendo um risco do total apagamento da herança política da família, como relata Valdir Nogueira no livro *Entre Rezas e Bacamartes* (NOGUEIRA, p.197, 2021):

...reunindo um dia uma espécie de conselho com os familiares chamou Sebastião e Luiz Padre para expor a pressão que como representante dos Pereiras, estava sofrendo das autoridades, e da maior de todas, vinda do Padre Cícero. Sebastião se dizendo cansado, não querendo de forma alguma prejudicar o prestígio político da família e diante o pedido do Padre Cícero, respondeu que iria embora e deixaria por fim o cangaço.

Já no contexto pós 1930, o tio-avô da prefeita Márcia Conrado, Luiz Lorena Conrado, tornou-se o grande beneficiário deste movimento de reconversão simbólica e moral da família. Luiz Lorena era neto de Isidoro Conrado, justamente um dos Pereiras mais ativos e interessados na pacificação da questão com os Carvalhos. Na intensa busca pelo apaziguamento das paixões e o controle das pulsões dentro da própria família, intencionalmente ou não, o Isidoro Conrado, ainda na década de 1920, já preparava o caminho para as gerações futuras, como a do neto, reerguerem a honra e a posição social do grupo a partir de 1930. Luiz Lorena nasceu em 1926, sendo fruto deste novo processo de socialização dentro da família Pereira. Ele foi o primeiro Pereira da “nova geração” pós 1930 a eleger-se novamente prefeito de Serra Talhada. Sua

ascensão ocorreu aos 18 anos quando governou de 1945 e 1946 através da amizade de seu pai e seus tios com o coronel Cornélio Soares (o líder político da época do tronco da família Godoy), que o indicou.

Luiz Lorena foi o principal aprendiz da dita “nova política” da época, tendo como professor e condutor o coronel Cornélio Soares, que era sobrinho do famoso coronel Veremundo Soares, de Salgueiro. Ambos ficaram conhecidos pela forma “civilizada” com como tratavam a coisa pública, muito longe da truculência de outros coronéis sertanejos (SÁ, 2022). Sendo o principal artífice da reconversão moral da família, Luiz Lorena reassumiu o poder na cidade de 1955 a 1958; e posteriormente concorreu ao cargo de deputado estadual, ficando na suplência. Depois, apoiou o primo Hildo Pereira elegendo-o prefeito de Serra Talhada de 1959 a 1954. Este, mais uma vez, voltou a comandar a prefeitura de 1964 a 1969. De 1969 a 1973 Luiz Lorena elegeu outro primo, Nildo Pereira, ainda no período militar. Posteriormente, Lorena apoiou novamente o retorno de Hildo Pereira ao comando da cidade de 1977 a 1983. A prefeita Márcia Conrado nasceu dois anos depois, em 1985. Até que ela crescesse, garantiram a permanência no poder dois de seus primos no contexto da nova República. A influência política dos Pereiras na Prefeitura de Serra Talhada segue firme até 2028, quando termina o segundo mandato do governo Márcia Conrado.

FOTO 3: PREFEITO LUIZ LORENA, O TERCEIRO DE BIGODE A OLHAR PARA A FOTO, EM 1957. INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SERRA TALHADA ATRÁS DO REPRESENTANTE DO GOVERNO FEDERAL, CLEANTHON LEITE E DO GOVERNADOR DE PE, O GENERAL OSVALDO CORDEIRO DE FARIAS.



Fonte: Portal Farol de Notícias (2024).

Norbert Elias (2001, p.119) diz ser “a honra um valor em si que glorifica a existência de seu detentor”. Tem-se, a partir dessa compreensão, elementos para se entender alguns dos motivos que valoram o discurso da prefeita Márcia Conrado por uma autoafirmação do “orgulho Pereira de ser” como um sentimento que culmina no anseio – novamente nas palavras de Elias – da glorificação da própria existência, ou neste caso, na própria herança e trajetória política da gestora de Serra Talhada. A relação estreita entre a herança da prefeita Márcia Conrado, da sua família e o poder ocorreu ao longo do Brasil Colônia, acomodando-se ao Brasil Império, remodelando-se na República Velha, após a Revolução de 1930, passando pela Ditadura Militar (1964-1985) e sendo reatualizada no contexto democrático pós 1988, tendo como principais beneficiários deste novo momento político do grupo familiar os prefeitos eleitos Genivaldo Pereira, o Geni (2000 - 2004), Carlos Evandro Pereira de Menezes (2005 - 2012) e, posteriormente, a própria Márcia Conrado (2021 - 2028).

Considerações finais

Mesmo com uma extensa herança adquirida de um centenário *capital político-familiar* (MONTEIRO, 2017) reforçado pelos valores morais de um incontestado *ethos de poder familiar* (SÁ, 2022) a prefeita Márcia Conrado arriscou-se a dizer durante discursos públicos nas eleições municipais de 2024 que alguns de seus adversários eram ligados à “herança dos coronéis”. Não despretensiosamente, o nome do presidente Lula surgiu ao longo da campanha sempre como um guarda-chuvas para amparar tal estratégia discursiva avalizada também pela cúpula do próprio PT de Pernambuco, como é possível constatar neste trecho abaixo, nas palavras da senadora pelo Partidos dos Trabalhadores, Teresa Leitão, durante a convenção partidária que confirmou a união do PT com o grupo do Avante (antigo PTdoB, partido do centrão) do ex-deputado Inocêncio Oliveira na vice:

A articulação política que Márcia fez foi suficiente para a gente ter esse palanque amplo que se une em torno das bandeiras do presidente Lula, é este o palanque vermelhão, é este o palanque do PT, é este o palanque de Lula e que vai reeleger Márcia, é a única mulher do PT de Pernambuco candidata à reeleição (SÁ, 2024).

No entanto, o próprio PT de Serra Talhada apresentou resistência de alguns quadros orgânicos da legenda diante a união com o tradicional grupo dos Oliveiras, o qual o PT sempre

havia combatido historicamente na cidade. Avaliando essa resistência interna, mais uma vez a senadora Teresa Leitão alertou os filiados, em entrevista à imprensa, nas seguintes palavras: “É inadmissível que qualquer petista de Serra Talhada não vote em Márcia. É inadmissível” (SÁ, 2024).

FOTO 4: MÁRCIA AO LADO DO SENADOR DO PT, HUMBERTO COSTA, E DE SEBASTIÃO OLIVEIRA, HERDEIRO POLÍTICO DO EX-DEPUTADO FEDERAL INOCÊNCIO OLIVEIRA



Foto: Portal Farol de Notícias (2024).

Se por um lado, há na trajetória da família Pereira a marca de uma inflexão histórica clara com a eleição da primeira mulher prefeita de Serra Talhada em quase 200 anos de poderio masculino; de outro há no berço da família uma base moral elitista e conservadora particularmente exaltada no discurso da própria prefeita quando defende publicamente a honra da família em favor da distinção do seu sobrenome mesmo se utilizando da bandeira de esquerda do Partido dos Trabalhadores. O que sintetiza uma estratégia de apropriação do discurso progressista, metamorfoseado por valores intrinsecamente tradicionais em consonância com os interesses de uma hereditária distinção política que se atualiza em escala geracional demonstrando não ter dia nem hora para acabar.

Referências

BECKER, Howard. **Outsiders**. Estudos de Sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre (RS), Zouk, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador (vol.2)**. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GARCIA JR., Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, v. 38 (02), 2007.

MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e Questões**: vingança de família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

LORENA, Luiz. **Serra Talhada – 250 anos de história e 150 anos de emancipação política**. Serra Talhada: Desafio Art e Gráfica, 2019.

MENESES, Valdênio Freitas. **Saudade e rusticidade**: Reconversões sociais e convivência com as secas entre elites pecuaristas do cariri paraibano. 225 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: LiberArs, 2017.

NOGUEIRA, Valdir. **Entre rezas e bacamartes**. Recife: CEPE, 2021.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. **O jogo da honra**: Uma análise sociológica sobre a produção de sentidos morais de uma elite política no Sertão de Pernambuco (1851-1997). Tese de Doutorado em Sociologia. PPGS/UFPB, João Pessoa, 2022.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. Reflexões sobre a honra como categoria de análise social: Um olhar sobre o poder familiar no Nordeste brasileiro. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.8, n.1, dez. 2022.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. Honra, poder e parentela política: reflexões sociológicas a partir de um estudo de caso no Sertão pernambucano. **Revista Cadernos de Campo. Araraquara (SP)**. n. 25, p. 209-228. Jul./Dez. 2018.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. Compreendendo a construção de um ethos de poder familiar: O caso da oligarquia Pereira no interior de Pernambuco. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.5, n.2, dez. 2019.

SÁ, Giovanni Alves Duarte. “O povo votava em quem ele mandava”: Notas de campo sobre a

herança simbólica do coronel Veremundo Soares em Salgueiro, Pernambuco. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 8, n. 2, dez. 2022.

SAINT MARTIN, Monique de. Reversões e reestruturas das elites: O caso da aristocracia em França. **Análise Social** vol. 134, 1995, 1023-1039.

SOARES, Cristiano Emerson de Carvalho. **Pereiras e Carvalhos**: Uma história da espacialização das relações de poder (Serra Talhada-PE). 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. Natal, 2015.

WILSON, Luiz. **Vila Bela, Os Pereiras e Outras histórias**. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 2018.

FONTES ORAIS E ELETRÔNICAS

CONRADO, Márcia. **Depoimento eleições 2020**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R7jexmk5w-I>. Acesso em: 20 set. 2024.

SÁ, Giovani Alves Duarte. **Em entrevista em Recife, Márcia fala do orgulho de ser herdeira política**. Farol de Notícias, 2024. Disponível em: <https://faroldenoticias.com.br/em-entrevista-em-recife-marcia-mostra-orgulho-de-ser-herdeira-politica-pereira/>. Acesso em: 22 set. 2024

SÁ, Giovani Alves Duarte. **De coronéis a mui amigos: O PT que engole o cuspe pelo vale tudo em Serra Talhada**. Farol de Notícias, 2024. Disponível em: <https://faroldenoticias.com.br/de-coroneis-a-muy-amigos-o-pt-que-engole-o-cuspe-pelo-vale-tudo-em-st/>. Acesso em: 2 out. 2024.

SÁ, Giovani Alves Duarte. **'Inadmissível que qualquer petista não vote em Márcia', diz senadora do PT**. Farol de Notícias, 2023. Disponível em: <https://faroldenoticias.com.br/inadmissivel-que-qualquer-petista-de-st-nao-vote-em-marcia-alerta-senadora/>. Acesso em: 3 out. 2024.

FONTE DAS IMAGENS

Portal Farol de Notícias. Disponível em: <http://www.faroldenoticias.com.br>. Acesso em: 20 set. 2024.

Recebido em: 5 nov. 2024.

Aceito em: 20 nov. 2024.